

# ATUAÇÃO POLÍTICA DE SILVINO ELVÍDIO CARNEIRO DA CUNHA E AS IDEIAS SOBRE INSTRUÇÃO NA PARAHYBA DO NORTE (1874-1876)

Suenya do Nascimento Costa\*

## RESUMO

Este artigo perpassa a História da Educação e a História Política, através da análise do pensamento político de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha enquanto presidente da província da Parahyba do Norte de 1874 à 1876. Desmitificando a ideia do protagonismo exercido por certos sujeitos e com isso, a secundarização de outros, procuramos analisar as ideias acerca da instrução em sua atuação política. As fontes utilizadas são os relatórios presidenciais com o objetivo de destacar as discussões em torno de temas pertinentes do século XIX trazidos por esse intelectual, como por exemplo, as Aulas Noturnas, Escola Normal, Instrução Obrigatória e Ensino Livre. Do ponto de vista teórico-metodológico esse texto se respalda nas contribuições de René Rémond (2003) para a História Política.

## PALAVRAS-CHAVE

História Política; Século XIX; História da educação

---

\* Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Educação.

## 1. INTRODUÇÃO

Este texto é resultado das pesquisas iniciadas no mestrado que resultaram na dissertação intitulada *As ideias educacionais e políticas de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na Província da Parahyba do Norte (1874 – 1876)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba e esteve sob a orientação do professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa.

A escolha de um sujeito, o Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, para um melhor entendimento da atuação de um líder político com características conservadoras, não corre o risco de ser estigmatizado como um culto ao indivíduo, visto que este sempre está subordinado às forças sociais em ação no seu tempo. Sendo assim, o enfoque de suas ideias, ajuda a compreender como seu grupo percebia a realidade e a partir daí, de acordo com seus interesses, lutavam por uma mudança ou conservação.

A historiografia vem passando por significativas mudanças no constante movimento que é o lugar do sujeito na história. Vemos que o campo da História Política se insere nessas mudanças do ponto de vista historiográfico.

De início, voltava-se às pessoas importantes e de grande visibilidade na sociedade e tornou-se o alvo de historiadores que, num dado momento, ansiavam por renovações nos olhares da história. Contudo, as mudanças no modo de sua abordagem contribuíram para uma nova maneira de enxergar o político dentro da historiografia. (REMÓND, 2003; CARDOSO, 2011; MENDONÇA & FONTES, 2011).

Dessa forma, nós buscamos compreender a atuação de Carneiro da Cunha no entrelaçamento que o envolve junto ao contexto histórico no qual se encontravam Brasil e Paraíba. Assim, compreender o modo por meio do qual as ideias educacionais pensadas para a província foram inseridas nesse panorama da segunda metade do século XIX, dialogando a História Política e a História da Educação nesse contexto.

Segundo Veiga (2008), a História da Educação está sendo entendida como campo de investigações que traz para o debate histórico diferentes objetos como a escola, o professor, os alunos, os materiais escolares, entre outros, uma vez que é necessário dar visibilidade aos procedimentos metodológicos e referenciais teóricos que produzem tais objetos como objetos da história cultural, política, econômica e social, assim, é pertinente “a problematização de um tema da educação, a escola, a partir do referencial da nova história política” (VEIGA, 2008:19).

Na esteira desse pensamento situamos a História da Educação como campo capaz de fornecer confluências entre as histórias Intelectual e Política a partir de sujeitos que trouxeram contribuição ao campo educacional, pois concordamos com Justino Magalhães ao afirmar que “a História da Educação está em relação disciplinar (interdisciplinar e transdisciplinar) com historiografias e disciplinas da História Cultural, da História Intelectual, da História Política”. (MAGALHÃES, 2016:303).

Nesse sentido, nos debruçamos nas ideias e ações de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha enquanto presidente da província paraibana no período que compreende a segunda metade do século XIX. Os projetos políticos destes personagens nesse período giravam em torno da necessidade de incentivar a instrução como o meio de solucionar as questões de civilidade, do atraso social e econômico, de modernidade e de progresso.

Pensamos que a História da Educação pode trazer sua contribuição para a periodização, refletindo a partir das regulamentações da educação que foram discutidas ou implementadas em todo século XIX e o papel desses atores políticos dentro de um contexto específico. Esse campo nos possibilita elementos que subsidiam bases para pensar temas mais abrangentes, sobre as sociedades e a educação em determinados contextos. Sendo assim, pretendemos, com esse esforço por compreender alguns dos elementos trazidos por Silvino Elvídio Carneiro da Cunha no contexto local, aproximar as discussões entre a historiografia, a educação e o papel desempenhado por esse sujeito.

A questão da escolarização da população tornou-se tema central no discurso da elite intelectual e política do Brasil durante o século XIX. Na primeira metade do Oitocentos, a educação era pensada como fator civilizatório capaz de garantir a moral e instrução para a população livre diante de um quadro de instabilidade política, visto que, o processo de consolidação do Estado Nacional ainda estava se encaminhando.

Na segunda metade do XIX, já percebemos que as ideias de progresso, evolução e modernidade ganharam maior visibilidade, pois a educação era, nesse momento, a expressão do desenvolvimento nacional capaz de consolidar a formação da nacionalidade, industrialização entre outros empreendimentos considerados impensáveis sem a questão educacional (VIEIRA, 2007).

## 2. SILVINO ELVÍDIO CARNEIRO DA CUNHA: BREVE BIOGRAFIA E TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELECTUAL

Nascido em 31 de agosto de 1831, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, além da província paraibana, presidiu as províncias do Rio Grande do Norte (1870-1871), Alagoas

(1873) e Maranhão (1873). Ingressou no Partido Conservador, fundado por sua família, elegendendo-se deputado provincial para as legislaturas de 1856-1857 e de 1862.

Apesar de monarquista, assumiu como vice-presidente o Governo do Estado, aderindo ao novo regime, a República. Demonstrando assim, o caráter adesista que o período revelava entre muitos dos intelectuais e políticos do século XIX. Também era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco. Faleceu em 8 de abril de 1892 a bordo de um vapor próximo ao litoral recifense.

Carneiro da Cunha foi um dos quatro barões que a Paraíba possuiu. Estava inserido em um grupo restrito da elite paraibana formado por cinco homens que receberam títulos nobiliárquicos no transcorrer do Segundo Reinado (1840-1889).<sup>2</sup>

Aqui, entendemos por elites a categoria ou grupo que detém um certo poder ou representação política dentro dos grupos sociais, mas que mantém uma relação com a sociedade através das alianças, das redes e dos interesses que permeiam ao redor deles, não se fazendo, assim, um grupo isolado. Ou seja, são

*[...]grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção. (HEINZ, 2006 : 8).*

Assim, pode-se tecer hipóteses acerca do papel decisivo ocupado pelas elites regionais na construção do Estado, principalmente ao se pensar nas relações entre províncias e Estado Imperial (ANDRADE, 2008).

No contexto paraibano, referenciamos as pesquisas sobre elites políticas locais a partir dos trabalhos de Serioja Mariano (2015, 2011, 2005) em que a autora traça trajetórias de sujeitos, analisa as redes familiares, estratégias e alianças de se manter no poder de grupos que compõem as elites políticas da cena paraibana. Assim, acreditamos que a percepção da participação das elites provinciais na construção do Estado é uma renovação na historiografia sobre elites no Brasil do século XIX.

Mesmo com nosso recorte temporal não tratando do Silvino Elvídio enquanto barão, visto que só em 1888 recebeu o título, cabem aqui algumas considerações desse fato, pois entendemos que para a compreensão da elite política imperial, na qual este

---

<sup>2</sup>Os cinco que receberam os títulos foram: Flávio Clementino da Silva Freire (Barão de Mamanguape – em 1860), José Teixeira de Vasconcelos (Barão de Maraú – 1860), Estevam José da Rocha (Barão de Araruna – em 1871), Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (Barão de Abiahy – em 1888) e Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Cavalcanti – em 1888). Todos, pertencentes ao Partido Conservador e, cujos títulos, foram concedidos nos anos em que a Assembleia Legislativa Geral era composta, em sua maioria, por conservadores. (SEGAL, 2014; CARVALHO, 2010)

sujeito estava inserido, é necessário transpor algumas barreiras cronológicas e adentrar mais especificamente no cenário político em que o Brasil se colocava, pois esta elite produzida pelo Estado tinha um papel a representar na construção de uma nação em que a centralização e a unidade eram essenciais.

Não podemos deixar de destacar que ao falarmos na formação da elite brasileira no período imperial é imprescindível tratar da questão da formação escolar que foi temática recorrente ao longo do século XIX, e, a formação superior, um “elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial”. (CARVALHO, 2010:65). Os intelectuais do período consideravam a escolarização como expressão do desenvolvimento nacional, por isso, pensar a formação de uma identidade nacional, a modernidade e o progresso perpassavam pela educação como sendo o meio necessário para alcançar o patamar de progresso e civilidade almejados.

Foi nesse contexto que Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, ingressou aos 17 anos na Faculdade de Direito de Olinda. Atuou como advogado, também foi inspetor da alfândega da Paraíba, do Amazonas e do Maranhão. Além de Delegado de Polícia e promotor público. Nesse período, as Faculdades de Direito devem ser pensadas como espaços de sociabilidade relevantes. Nesses locais, os alunos construam laços de amizade que, em vários casos, poderiam se transformar em alianças políticas. (SEGAL, 2014).

Essa formação superior na área jurídica contribuiu, segundo José Murilo de Carvalho (2010), para a manutenção de um caráter ideológico homogêneo e um treinamento profissional muito semelhante. Essa unificação serviu, portanto, para a manutenção do Império. (CARVALHO, 2010).

Podemos observar na documentação consultada que vários desses sujeitos, muitas vezes, assumiam cargos relacionados ao ensino público, não sendo diferente com Silvino Elvídio Carneiro da Cunha que em 1868 assumiu o cargo de diretor de Instrução Pública do Liceu Parahybano - uma instituição, de ensino secundário que desempenhou um papel fundamental na formação da intelectualidade na província paraibana. (SILVEIRA, 1999; FERRONATO, 2012).

Outra instituição que influenciou esse período e que teve nela integrantes dos Carneiro da Cunha foi o Seminário de Olinda. Em uma análise a partir de informações locais, Ferronato (2008) analisa o desenvolvimento da instrução na província da Parahyba do Norte, tendo como referência a influência do Seminário de Olinda na instrução de alunos paraibanos que ali estudaram, a exemplo da família Carneiro da Cunha.

Dentre os integrantes desta família três membros tiveram participação nessa instituição educacional. Foram eles: Estevão Carneiro da Cunha, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha e Manuel Maria Carneiro da Cunha.

Para o autor, a educação tornou-se um dos temas mais importantes para a consolidação do Estado Nacional após a Independência em 1822. O Brasil, nesse período, recebia penetração das ideias de Jean Jacques Rousseau e de toda a literatura derivada dos embates internos à temporalidade que envolve a Revolução Francesa. Essa, influenciou os jovens leitores, em especial, aqueles da Província da Parahyba do Norte, onde tinham contato com estas ideias no Seminário de Olinda. (FERRONATO, 2008).

Ferronato (2008:24) afirma que “a fundação, em 1800, do Seminário de Olinda por Azeredo Coutinho marcou profundamente o norte do Brasil e a província parahybana, neste período, denominada ‘ilustração brasileira’”.

Concordamos que o Seminário teve “grande impacto na formação do clero nordestino e afetou as ideias e o comportamento político de toda uma geração de padres.” (CARVALHO, 2010:68), porém, ela ultrapassa o âmbito de formação apenas religiosa quando vem preencher

*[...] uma lacuna no norte do Brasil que carecia de locais para a formação de uma juventude ansiosa em se apoderar de instrumentos intelectuais, para assim realizar seus projetos de emancipação e inserir-se na elite, diferenciando-se da população escrava. (FERRONATO, 2008:28).*

Santos (2013:261) afirma que “a partir da fundação do Seminário de Olinda, foi possível consolidar as bases do Curso Jurídico, através da sua proposta pedagógica inovadora para a época.” Com isso, a autora justifica que a consolidação do Estado Nacional, a formação dos Cursos Jurídicos “decorreram da fundação de um centro de fermentação de ideias, com formação humanística que possibilitou a fundação de outros centros de ensino superior que não poderiam mais tardar” (SANTOS, 2013:284).

Era uma instituição que oferecia curso secundário e acolhia grande número de alunos que se destinavam ao sacerdócio e, também, todos quantos não podiam ir a Coimbra concluir os seus estudos. Dessa forma, consideramos que o Seminário de Olinda, desde a sua fundação, exerceu influência na formação intelectual no norte do Brasil e a família Carneiro da Cunha passou também por essa instituição.

Assim, diante do exposto, percebemos que a família Carneiro da Cunha teve atuação durante o império, sobretudo no que se refere à instrução pública na tentativa de suprir uma demanda educacional de determinados grupos oligárquicos na província paraibana, bem como subsidiar a sua própria formação e manutenção de privilégios junto

as suas localidades. Vindo de uma família que, com sua influência política, contribuiu para a província da Parahyba do Norte com o desenvolvimento em diversos setores, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha se insere no rol da política local dominada por grupos familiares.

No entanto, ainda que de forma dialógica, as discussões em torno das ideias e algumas de suas consequências, acabem transcendendo os objetivos e as metas inicialmente formuladas em função da própria natureza não controlável da produção de conhecimento, sendo os mais diversos sujeitos afetados por esses debates ocorridos quase que exclusivamente em cenas familiares particulares. Nesse sentido, entendemos que a família, enquanto instituição, vai se transformando, lenta e gradualmente, nas suas práticas sociais, e durante séculos era vista como unidade básica da ordem política. (MARIANO, 2011).

### 3. SOCIEDADE E INSTRUÇÃO: AS IDEIAS EDUCACIONAIS DE CARNEIRO DA CUNHA PARA A PARAHYBA DO NORTE

Na segunda metade do século XIX, ocorreu na sociedade brasileira algumas transformações de âmbito social, educacional e político. Essas transformações, sobretudo a partir da década de 1870, traziam consigo uma nova reorganização política vislumbrando a República, enfim, novas questões, embates políticos e ideológicos que culminaram com a inserção do país na cena moderna. Além disso, a província apresentava sintomas de crise em diversos aspectos: a seca, epidemias declínio da produção açucareira, a transição do trabalho escravo para o livre, entre outras situações que “[...] compunham um panorama considerado de crise e não de prosperidade, conforme se anunciara num quadro geral da situação do País.” (ANANIAS; SILVA, 2011:122).

No recorte temporal aqui proposto, o contexto paraibano era caracterizado por uma sociedade de base patriarcal e escravocrata, assim como pelas disputas políticas entre as lideranças locais. Além disso, podemos destacar que nesse cenário, “foi difundida a crença na instrução pública como força propulsora para a construção de uma sociedade civilizada, inserida nos moldes da modernidade”. (ARAÚJO, 2014:175). A instrução primária no período imperial ganha centralidade nos discursos dos gestores públicos locais vislumbrando modificar as condições precárias do ensino objetivando o progresso social da província. Ou seja, a instrução era objeto da atenção da intelectualidade, fazendo parte da agenda social do século XIX.

Sendo assim, a realidade paraibana apresentava-se inserida numa dimensão conflitante entre a permanência da estrutura social existente e a possibilidade de transformação desta através da instrução pública primária, como meta para alcançar o progresso das sociedades ditas modernas. Esta província que vislumbrava alcançar o progresso enxergava a modernização pautada na perspectiva do trânsito de novos produtos resultantes da atividade racional, científica, tecnológica, administrativa. (ARAÚJO, 2014:181-182).

Estas dificuldades enfrentadas pela Província da Parahyba do Norte podem ter contribuído para que a instrução na província tenha ocorrido a passos mais lentos se compararmos com outras províncias. À exemplo disto nós podemos citar a implantação da Escola Normal que, embora citada na maioria dos relatórios presidenciais como de suma importância para a formação do professor, por anos ela foi protelada com base nos mesmos discursos de dificuldades de várias espécies. (ARAÚJO, 2014). As Escolas Normais ganham força nos discursos da segunda metade do século XIX. Nesse momento,

*Sustentava-se a ideia de que a formação dos docentes responsáveis pela formação dos futuros cidadãos da sociedade deveria ser respaldada por ideias inovadoras e baseadas na cientificidade, já instaurada em outros países civilizados.*(TURCI, 2012: 151 - 152).

Nesse caso, a Escola Normal era percebida como sendo primordial para a formação do indivíduo moderno, pois ela desempenhava o papel de desenvolvimento do ensino primário e também aumentou a preocupação com a formação de professores tendo em vista a substituição de um corpo docente religioso e sob o controle da Igreja, por um corpo de professores laicos, agora recrutados pelo Estado. Assim, veremos como se deu a contribuição dada por Silvino Elvídio Carneiro da Cunha para iniciar esse empreendimento na província paraibana, visto que ele percebia a necessidade de uma capacitação do professorado da província e enxergava na Escola Normal o *locus* para que a instrução pública paraibana tivesse esses professores preparados visando a importância educacional para a Parahyba do Norte.

Em relatório sobre instrução na província paraibana, Carneiro da Cunha também traz questões sobre a formação dos professores. A fundação das escolas normais vinha se arrastando desde os anos 1860 e conforme Paiva (1973, p.75) “somente nas últimas décadas do Império é que elas se multiplicam”. Para que a formação docente se concretizasse, o presidente Carneiro da Cunha diz em seu relatório que:

*É preciso preparar o pessoal docente. Para isto torna necessária uma escola normal para cada um dos sexos, onde sejam preparados os que se destinarem*



*ao professorato. Esta medida é urgente, sob pena de continuar-se à inundar a província de mestres sem a necessária aptidão, com raras excepções. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1874:7).*

Vemos que a formação de professores estava na pauta de discussões de Carneiro da Cunha. Para Araújo (2010) essa iniciativa representa “as oscilações dos gestores públicos e das lideranças políticas entre o discurso da necessidade e importância da formação de professores e a efetivação prática de uma instituição específica.” (ARAÚJO, 2010:286).

A cadeira de ensino normal, foi criada e regulamentada por Silvino Elvídio Carneiro da Cunha através da Lei nº. 564 de 28 de setembro de 1874. Tinha por finalidade formar professores apenas do sexo masculino para exercer as atividades instrucionais inerentes ao ensino primário. O seu funcionamento estava previsto para acontecer nas dependências do Liceu Provincial.

As escassas informações documentais indicaram que esta cadeira de ensino normal criada por Carneiro da Cunha em 1874 funcionou apenas com um único professor do Liceu Provincial, Joaquim Inácio de Lima Moura, que lecionava todas as disciplinas apenas para oito alunos matriculados do sexo masculino (MELLO, 1956).

Constatamos através da documentação pesquisada que dois anos depois a cadeira foi extinta pela Lei Nº. 633 datada de 26 de julho de 1876 (PINHEIRO; CURY, 2004, p.132). O presidente provincial que sancionou a sua extinção foi o então Barão de Mamanguape. Segundo ele, a cadeira não respondia satisfatoriamente à finalidade a que se propôs, afirmando que “[...] nossa Escola Normal, organizada como se acha, não satisfaz ao fim da sua instituição”. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1876: 4).

Em seu relatório, o então presidente Barão de Mamanguape justifica a extinção da cadeira. Vejamos:

*Criada pela Lei 564 de 28 de setembro de 1874, funciona a Escola Normal no Lyceu da Capital, sendo actualmente frequentada por 8 estudantes. As Materias, que ahi se professam, forão designadas pela Congregação dos Lentes do Lyceu; e comquanto fosse limitado o numero d'ellas, é, todavia, impossível que sejam ensinadas por um só Professor. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1876:14).*

Mesmo a ideia e os discursos proferidos pelos gestores, intelectuais, e demais sujeitos da sociedade paraibana de que era necessário um professor preparado numa instituição que se voltasse para essa finalidade, buscando com isso a melhoria da instrução, essa foi, por muito tempo, protelada enquanto institucionalização pelos líderes políticos. Nessa esteira de pensamento compreendemos que o componente causador dessa situação, está atrelado ao campo político, considerando, pois, cada momento histórico-

social cujas prioridades, representações, oscilam do momento histórico, político e social vivido. (ARAÚJO, 2010).

No entanto, apesar desse distanciamento entre os discursos e a prática em torno da formação do professor não podemos deixar de ressaltar que até a criação da Escola Normal da Parahyba no final de 1883 e sua efetiva normatização em 1884, muitos foram os debates políticos a favor dessa institucionalização.

E sobre esse assunto, Carneiro da Cunha se insere neste debate de promover na província este empreendimento. Ou seja, “a ideia e a necessidade de formar professores através de uma escola normal, não caíram no arrefecimento” (ARAÚJO, 2010:171).

Araújo observa que,

*[...] no confronto político e ideológico entre conservadores e liberais, que caracterizava a conjuntura tanto em nível nacional quanto local, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha – Barão de Abiahy – na ocasião estava na posição de líder do grupo conservador local [...]. Não deixou de tomar parte e/ou deixar seu registro em defesa da institucionalização da Escola Normal da Parahyba do Norte. Na condição de gestor provincial, fundamentando-se nos princípios iluministas do letramento, do progresso e da civilização, como mecanismos de regeneração social, não obstante sem apresentar uma proposta de funcionamento e/ou de instalação, enfatizou a necessidade de estabelecer o ensino primário obrigatório como também uma escola normal. (ARAÚJO, 2010:171).*

Para Carneiro da Cunha, pensar uma escola normal para a província paraibana seria “oferecer garantia de progressivo desenvolvimento”. (PARAHYBA DO NORTE, Província da. Relatório, 1874:26). Desse modo, enxergamos o presidente Carneiro da Cunha como um sujeito engajado com os problemas da província, cujo interesse político pensava uma sociedade moderna, inserindo a Parahyba do Norte no projeto de construção de uma nação civilizada no qual a educação era um meio para alcançar essa civilidade, progresso e modernidade.

E, colocando em pauta, a importância de qualificar adequadamente o professor, sendo este profissional, membro indispensável nestes novos rumos vislumbrados para os quais a Parahyba do Norte, e também o Brasil, estavam sendo encaminhados.

Outra questão trazida por Carneiro da Cunha foram as Aulas Noturnas. Segundo José Baptista de Mello

*o princípio da igualdade da lei que a Constituição outorgou, a necessidade da difusão do ensino por todas as classes da sociedade provam exuberantemente, a instituição do ensino noturno, quando grande parte da população não pode, por circunstâncias peculiares, gozar do ensino diurno, como os operários, artistas que de dia empregam-se no trabalho donde tiram a sua subsistência. (MELLO,1956:58).*

O autor demonstra o seu entusiasmo em torno do ensino noturno para uma determinada parcela da população. Em sua obra, Mello relata que no governo de Carneiro da Cunha “foram instalados os primeiros cursos noturnos destinados à instrução de adultos.” (MELLO,1956:52).

Nos relatórios pesquisados, é possível corroborar com esta afirmação visto que o presidente Silvino Elvídio Carneiro da Cunha confirma a criação dessas escolas noturnas na capital e outras pelo interior da província, como podemos perceber no relatório de 7 de agosto de 1874:

*Por acto de 24 de fevereiro deste anno criei nesta capital 6 cadeiras, sendo 4 do sexo masculino, e 2 do feminino. D'aquellas, 2 d'aula nocturna, que foram inauguradas com toda solenidade no dia 3 de maio ultimo[...] além destas há ainda as aulas nocturnas do sexo masculino das cidades de Campina Grande e Mamanguape, e povoação da Bahia da Traição, as quaes são frequentadas por 76 alumnos. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1874:29).*

Nesse sentido, várias aulas e cursos noturnos foram criados com intuito de promover os rudimentos da leitura, escrita e aritmética básica das quatro operações para as camadas mais amplas da sociedade. Assim, vimos que

*A educação popular no Império se constituiu uma preocupação cujas iniciativas foram geradas a partir das elites que após a emancipação política do Brasil houve uma preocupação com a formação do Estado Nação com destaque para o papel da educação nesse processo, como mecanismo do estabelecimento da normatização e bom funcionamento da sociedade. (COSTA, 2007:40).*

A documentação nos apresenta de maneira quantificada o número de cadeiras criadas e de aulas noturnas assim como a frequência de alunos nessas aulas da província da Parahyba do Norte.

*Em virtude de leis provinciaes, votadas em vossa ultima sessão, foram criadas 8 cadeiras do sexo masculino nas povoações de Jericó, Moreno, S. José de Misericordia, Pombas, S, Thomé, Caraúbas, Bodocongó e Riachão do Bacamarte e 4 do sexo feminino nas povoações de Santa Rita, Araruna, Araçagy e Alagoa do Monteiro, ao todo 12 cadeiras.D'ahi vereis que durante a minha administração forão criadas mais 20 aulas d'instrucção primária, sendo 14 do sexo masculino, e 6 do feminino, elevando-se o numero das cadeiras actualmente a 130, á saber 93 do sexo masculino, e 37 do feminino.[...]A frequencia de todas as cadeiras é de 3303 alumnos, sendo 2363 do sexo masculino, inclusive os das aulas nocturnas, e 940 do sexo feminino. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1874:29).*

Assim, pontamos Silvino Elvídio Carneiro da Cunha como um dos que pensaram a educação popular através das aulas noturnas para a província paraibana. A criação de diversas aulas desse segmento durante seu governo, tanto na Parahyba do Norte quanto

nas outras províncias das quais presidiu, significou que o debate em torno da escolarização para uma camada específica da sociedade estava inserido na agenda política desse sujeito.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo isso até aqui exposto, podemos pensar a instrução como meio gerador de progresso e modernidade juntamente com outros temas discutidos entre os intelectuais nesse importante período de transição, de mudanças políticas, econômicas, sociais e de regime, em que se encontrava o País como um todo. E a província da Parahyba do Norte não poderia se isentar desse processo.

Os projetos políticos destes sujeitos giravam em torno da necessidade de incentivar a instrução como o meio de solucionar as questões de civilidade, do atraso social e econômico, de modernidade e de progresso.

Vimos que o debate em torno da escolarização da população tornou-se tema fundamental no discurso da elite intelectual e política do País durante o século XIX pensada como fator civilizatório. Era através da escolarização que o Brasil seria capaz de alcançar o patamar de nação civilizada, visando o processo de consolidação do Estado Nacional.

Assim, o processo de escolarização foi muito valorizado como forma de retirar o país do atraso no qual se encontrava. A crença no desenvolvimento e progresso a partir da educação tomou conta do pensamento pedagógico na segunda metade do século XIX no Brasil.

#### 5. REFERENCIAS

ANANIAS, Mauricéia; SILVA, Adriana Maria Paulo da; Educação e Instrução nas Províncias da Paraíba e Pernambuco. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar (Orgs.). **Educação e Instrução nas províncias e na corte imperial (Brasil, 1822 – 1889)**. Col.Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil. Sociedade Brasileira de História da Educação-UFES, Vitória, EDUFES, 2011.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro**. Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. Tese de doutorado. PPGÉ-UEPB, 2010.

\_\_\_\_\_. A instrução pública primária e a formação de professores na Parahyba do Norte(1837-1883). In: COSTA, Jean Carlo de Carvalho, ANANIAS, Mauricéia, ARAÚJO, Rose Mary de Souza (orgs.)**Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)** - Volume II / João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014.

CARVALHO, José Murilo de.**A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das de sombras: a política imperial.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? IN: CARDOSO & VAINFAS (org). CARDOSO & VAINFAS (org). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011.p. 37 – 54.

COSTA, Ana Luiza. **À luz das lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no município da Corte (1860-1889).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

FERRONATO, Cristiano. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884).** 2012. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal da Paraíba,PPGE, João Pessoa, PB, 2012.

\_\_\_\_\_. A Instrução Pública na Província da Parahyba do Norte: a Influência da Família Carneiro da Cunha – 1823-1874.**Revista Tempos e Espaços em Educação.** Universidade Federal de Sergipe, Volume. 1, p. 21-32 jul./dez. 2008.

HEINZ, Flávio M. (Org.) **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAGALHÃES, Justino. **Historiografia e História da Educação em Portugal e Brasil. XI COLUBHE – Colóquio Luso-Brasileiro de História da Educação – Investigar, Intervir, Preservar,** Porto, 2016.

MARIANO, Serioja Rodrigues C. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824).** Tese (Doutorado em História) PPGH-UFPE, Recife, PE, 2005.

\_\_\_\_\_. Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840). **Revista de História Saeculum,** João Pessoa, jan/jun, 2011.

\_\_\_\_\_. “Não aceitei a presidência para ligar-me a partidos”: Cultura política e administração na província da Paraíba nos anos de 1840. In: CURY; GALVES; FARIA (Orgs.) **O Império do Brasil: Educação, impressos e confrontos sociopolíticos.** São Luís: Café e lápis, editora UEMA, 2015.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba.** 2ª edição, Imprensa Oficial, João Pessoa, 1956.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia. História e teoria política. CARDOSO & VAINFAS (org). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011. p. 55 – 71.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**: Contribuição à história da educação brasileira. Edições Loyola, São Paulo, 1973.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, Daniella Miranda. História do ensino jurídico brasileiro: o seminário de Olinda como precursor dos cursos jurídicos no Brasil Império. **Revista Thesis Juris** – São Paulo, V.2, N.1, pp. 258-287, Jan./junho.2013. Disponível em: <http://www.revistartj.org.br/ojs/index.php/rtj/article/view/64/pdf>. Acesso em 13/03/2017.

SEGAL, Myraí Araújo. **Nas Teias do Poder**: As Elites Paraibanas e a Construção do Estado Nacional Brasileiro (1840-1889). Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2014.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Poder e política na Paraíba: colônia e império. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; GURJÃO, Eliete de Queiroz; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro; CITTADINO, Monique (Org.). **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1999, p. 19-51.

TURCI, Deolinda Armani. Os conteúdos da matéria de pedagogia nas escolas normais mineiras do final do século XIX: ideias o moderno e da modernidade. In: GIL, Natália; CRUZ e ZICA, Matheus; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.) **Moderno, Modernidade e Modernização**: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. v.1. p.151-166.

VEIGA, Cynthia Greice. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná** (1886 – 1964). Editora da Universidade Federal do Paraná, 2007.

*Fontes:*

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Relatório Provincial**. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província da Parahyba do Norte em 7 de agosto de 1874 pelo presidente, exm. sr.dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/601/> Acesso em 12/09/2015.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Relatório Provincial**. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província da Parahyba do Norte em 9 de outubro de 1875 pelo presidente, exm. sr.dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1875. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/602/000001.html> . Acesso em 12/09/2015.

PINHEIRO. Antônio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (org.). **Leis e Regulamentos da instrução pública no período imperial**. Coleção Documentos da Educação Brasileira Dados eletrônicos- Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.